

EDITAL Nº131/2019 - STDARH/IB/CRC

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº165-2019- RUNESP de 04-12-2019, publicado em 05-12-2019 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 03 (três) **PROFESSORES SUBSTITUTOS**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no 1º semestre letivo de 2020, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de Educação, sub-área de Fundamentos da Educação e nos conjunto de disciplinas: “Psicologia da Educação”, “Psicologia da Aprendizagem” e “Psicologia do Desenvolvimento” (02 vagas) e “Psicologia e Educação Física” e “Educação, Sexualidade, Diversidade e Relações de Gênero na Escola” (01 vaga), junto ao Departamento de Educação do Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.303,16, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas via internet, no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento de inscrição através de depósito bancário no período de **06 de janeiro a 24 de janeiro de 2020**, no horário das 00:00 às 23:59.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em Psicologia e/ou Pedagogia e que tenham, no mínimo, título de Mestre em Educação, Psicologia ou outras designações equivalentes. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em envelope lacrado, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído ou via postal, até o último dia do prazo para inscrição, na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências:

OBS: em caso de apresentação pessoal ou por procurador regularmente constituído, a entrega dos documentos deve ocorrer em dias úteis, de 2^a a 6^a feira, das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 16:30 horas

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação.

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 98,00.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 03 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o

histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação prevista nos itens 4.1.1 a 4.1.5, deverá ser apresentada procuração específica (dispensando o reconhecimento de firma em cartório), juntamente com as cópias simples dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.

4.3. A remessa da documentação em envelope lacrado, deverá ser dirigida para a Seção Técnica de Comunicações do IB no endereço: Av. 24A nº 1515 – Bela Vista – CEP: 13506-900 – Rio Claro (SP), sendo considerado a data da postagem. O envelope deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de PROFESSOR SUBSTITUTO na área de Educação

Edital nº 131/2019 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Nome:

RG:

4.4. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. O recebimento dos documentos comprobatórios será procedido pela Seção Técnica/Área de Comunicações, após verificação da

autenticidade da documentação apresentada, serão encaminhados à Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 07/01/2020, a partir das 14:30 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico: rhib.rc@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária ou Conselho Diretor, no caso de Câmpus Experimental, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

I - prova escrita de caráter classificatório – prova dissertativa, com duração a ser definida pela Comissão Examinadora, sobre tema a ser sorteado, a partir do Programa do concurso (Peso 1);

II - prova didática de caráter classificatório – aula expositiva com duração de, no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com, no mínimo 24 horas de antecedência. O candidato que não cumprir o tempo mínimo de 40 minutos ou extrapolar o tempo máximo de 60 minutos de duração de sua aula, será atribuída nota 0,0 (zero) à Prova Didática (Peso 2);

III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório (Peso 1).

8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino da Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das

demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1. Prova Escrita (até 10,0):

- a) Linguagem de acordo com as normas cultas em rigor – até 2,5 pontos
- b) Estrutura e distribuição adequadas do conteúdo – até 2,5 pontos
- c) Análise crítica – até 2,5 pontos
- d) Relação teórico-prática profissional – até 2,5 pontos;

9.2. Prova Didática (até 10,0):

- a) Organização e adequação ao tema proposto – até 2,5 pontos
- b) Coerência e clareza na exposição do tema – até 2,5 pontos
- c) Uso adequado da língua portuguesa e dos procedimentos de ensino – até 2,5 pontos
- d) Distribuição lógica e didática do conteúdo – até 2,5 pontos

9.3. Avaliação do Currículo Lattes

1. Títulos Acadêmicos – (até 2,0 pontos)

1.1. Doutorado na área de Psicologia ou Educação – 1,0

1.2. Mestrado em Psicologia ou Educação – 0,25

1.3. Graduação em Psicologia – 0,5

1.4. Graduação em Pedagogia – 0,25

2. Produção Científica, Artística, Técnica, Cultural e Atividades de Extensão – (até 5,0 pontos)

2.1. Artigos publicados em periódicos – nos últimos 10 anos (Classificação do Qualis – área de Educação)

2.1.1. Qualis A (A1, A2, A3, A4) - (0,2 por artigo) máximo - 2,0

2.1.2. Outras classificações – (0,1 por artigo) máximo - 1,0

2.2. Livros publicados

2.2.1. Livro com Conselho Editorial – (0,1 por livro) máximo - 0,3

2.2.2. Capítulos de livros com Conselho Editorial - (0,1 por livro) máximo – 0,3

2.2.3. Capítulos de livros sem Conselho Editorial - (0,05 por livro) máximo – 0,2

2.2.4. Organização de livros/coletâneas – (0,05 por livro/coletânea) máximo - 0,2

2.3. Trabalho completo na área e subárea do concurso publicado em Anais nos últimos 05 anos - (0,025 cada) – máximo 0,1

2.4. Produção técnica na área do concurso (material instrucional, instrumentos, softwares, thesaurus; 0,025 cada) - máximo 0,1

2.5. Produções artísticas/culturais que tenha relação com a área de Psicologia e Educação - (0,1 por atividade) máximo – 0,3

2.6. Atividades de Extensão nos últimos 05 anos

2.6.1. Projeto de Extensão universitária com no mínimo 01 ano de execução – 0,3

2.6.2. Cursos de Extensão universitária 30 horas ou mais – 0,1

2.7. Experiência de Atividade técnica profissional (Psicólogo com mais de 01 ano) – 0,1

3. Atividade Didática – (até 2,0 pontos)

3.1. Atividade de Ensino presencial, Ensino superior, na área de Psicologia: Escolar, Educação, Educacional ou Desenvolvimento - (0,2 por ano) – máximo 1,0

3.2. Atividade de Ensino presencial, Ensino superior, na área de Psicologia Geral ou Pedagogia – (0,1 por ano)- máximo 0,7

3.3. Atividade de Ensino à distância – (acima de 01 ano) – 0,3

4. Outras atividades – (até 1,0 ponto)

4.1. Professor na Educação Básica - (0,1 por ano) máximo 0,4

4.2. Cursos de formação complementar, cursos de especialização e outras experiências docentes - máximo 0,2

4.3. Apresentação em congressos e reuniões científicas (painel: 0,025 cada; apresentação oral: 0,05 cada) máximo – 0,3

4.4. Organização de eventos científicos na área do concurso (0,025 por evento) máximo 0,1

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- maior média na Prova Didática

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato, podendo ser feita pessoalmente ou por procuração.

11.4. Os recursos terão a forma escrita e deverão ser protocolados na Seção Técnica de Comunicações.

11.5. Aplicam-se as exigências documentais da cláusula 4.2, caso a interposição do recurso seja feita por procurador.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao 1º semestre letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da Administração

12.4. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do 1º semestre letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, referente ao presente concurso.

13.8. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos aprovados durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.9. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.10. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.14 Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

14. Horário das disciplinas a serem ministradas pelos candidatos aprovados:

1º conjunto:

- “Psicologia da Educação” (Física): 3ª feira – 14h00 às 18h00
- “Psicologia da Aprendizagem” (Geografia-integral): 6ª feira – 14h00 às 18h00
- “Psicologia do Desenvolvimento” (Geografia-noturno): 6ª feira – 19h15 às 23h15

2º conjunto:

- “Psicologia da Educação” (Ciências Biológicas - integral): 4ª feira – 10h00 às 12h00
- “Psicologia da Aprendizagem” (Geografia-noturno): 4ª feira – 19h15 às 23h15
- “Psicologia do Desenvolvimento” (Matemática): 3ª feira – 14h00 às 17h00 e 6ª feira – 19h00 às 23h00 (Ciências Biológicas – noturno)

3º conjunto:

- “Psicologia e Educação Física” : 2ª feira – 14h00 às 18h00 (Turma 1) e 4ª feira – 14h00 às 18h00 (Turma 2)
- “Educação, Sexualidade, Diversidade e Relações de Gênero na Escola” (Pedagogia): 2ª feira – 19h00 às 23h00.

PROGRAMA

1. Psicologia - objeto de estudo, ciência, profissão e cultura.
2. Psicologia e Desenvolvimento: Infância e Adolescência.
3. Relações entre desenvolvimento, aprendizagem, cultura e educação.

4. Teorias do desenvolvimento e aprendizagem: contribuições das abordagens psicodinâmicas, cognitivistas e histórico-culturais.
5. Aspectos psicológicos da interação social e sua influência na prática docente.
6. A construção da autonomia do aluno com necessidades especiais no processo de ensino-aprendizagem e o papel da Psicologia na inclusão das diferenças na escola.
7. Psicologia e educação: reflexões críticas - fracasso escolar, patologização e medicalização.
8. Psicologia e educação: reflexões críticas - violências e conflitos no contexto escolar e relações professor-aluno.
9. Psicologia, aprendizagem, desenvolvimento humano e contemporaneidade: arte, tecnologia e Direitos Humanos.
10. A educação em sexualidade na família e a educação em sexualidade na escola

BIBLIOGRAFIA:

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola:** alternativas teóricas e práticas. 9. ed. São Paulo. SP: Summus, 1998.

ASBAHR, F. da S.F; MEIRA, M. E. M. Crianças desatentas ou práticas pedagógicas sem sentido? Relações entre motivo, sentido pessoal e atenção. **Nuances:** estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 97-115, jan./abr. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. (Org.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes:** conflitos silenciados pela redução de questões sociais à doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª. REGIÃO (org.) **Psicologia, violência e Direitos Humanos.** São Paulo: CRP SP, 2011.

DAVIS, C. **Psicologia na Educação** 3ª. Ed. São Paulo Cortez, 2010.

FERREIRA, Júlio Romero; JANNUZZI, Gilberta. **A exclusão da diferença:** a educação do portador de deficiência. 2. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia:** uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo.** 2. ed. Lisboa: Belo Horizonte, 1978.

LOURO, Guacira Lopes et al. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MEIRA, M. E. M. (1998) Desenvolvimento e aprendizagem: reflexões sobre suas relações e implicações para a prática docente. **Ciência e Educação (UNESP)**, Bauru, SP, v. 5, p. 61-70.

MEIRA, M.E.M.. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da ABRAPEE**, SP, vol.16, no. 1, Jan-Jun 2012: 135-142.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A História não contada dos Distúrbios de Aprendizagem. **Caderno CEDES**, nº 28, Campinas: Papirus, pp 31-48, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl de et al. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

PAGNI, Pedro Angelo. Diferença, subjetivação e educação: um olhar outro sobre a inclusão escolar. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 87-103, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000100087&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507608>.

PASQUALINI, J.C; EIDT, N.M. A relação professor-aluno à luz de diferentes abordagens da psicologia. Horizontes - **Revista de Educação**, Vol. 1, No 1 (2013), p.25-44.

PIAGET, Jean; D'AMORIM, Maria Alice Magalhães; SILVA, Paulo Sérgio Lima e. **Seis estudos de psicologia**. 25 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RAPPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Claudia. **Teorias do desenvolvimento** – conceitos fundamentais. SP: EPU. Vol I, 1981.

SALLES, L.M.F.S.; FONSECA, D.C.; ADAM, J.M. Sobre violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área. In: LUIZ, M.C. (org.) **Conselho Escolar e as Possibilidades de diálogo e convivência**: o desafio da violência na escola. São Carlos: EdUfscar, 2016.

SPOZATTI, A. Exclusão Social e Fracasso Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v.17, no. 71,2000, p. 21-32.

TAILLE, Y. de La, **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, outubro de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300015&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de novembro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 3a. ed., 2010.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

(Proc. 1135/2019-IB/CRC)